

**Parecer nº 217/99**

Data: 1999.12.15

Processo nº 795

**Requerente:** Presidente da Assembleia Municipal do Cadaval.

**1. O pedido**

O Presidente da Assembleia Municipal do Cadaval (AMC), em face de dúvidas surgidas acerca do acesso de terceiros a documentos produzidos pela AMC, solicita a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer jurídico sobre o acesso de terceiros a determinada espécie desses documentos, as cassettes em que são gravadas as suas sessões, nos termos seguintes:

*As sessões da Assembleia Municipal são gravadas, gravação essa que serve de suporte à elaboração das respectivas actas. As referidas cassetes ficam arquivadas, nos termos previstos no regimento, por um período mínimo de seis meses.*

*A minuta da acta de cada sessão é aprovada no final de cada uma delas, uma vez que a sessão é gravada, sendo a acta presente na sessão seguinte, para aprovação.*

*Sempre que solicitado é facultada a audição e a consulta dos documentos da sessão, nos serviços administrativos desta assembleia.*

*Assim, pergunta-se se, sendo facultadas as consultas in loco, e apesar de se tratar de apontamentos produzidos pela administração (consideramos que as gravações*

*se enquadram na disposição prevista no artigo 7º, nº 5, da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, em conjugação com a alínea do nº 2 do artigo 4º do mesmo diploma) e por isso, em princípio, públicos, existe a obrigatoriedade de os reproduzir a pedido dos cidadãos. Pergunta-se ainda, caso haja essa obrigatoriedade, quem tem legitimidade para fazer esses pedidos, bem como quais os custos a cobrar aos requerentes (nº 2 do artigo 12º da mesma Lei).*

## **2. O Direito**

2.1. São três as questões que assim nos são colocadas:

- a) Está a Administração obrigada a entregar uma reprodução das referidas gravações, se tal lhe for pedido?
- b) Quem tem legitimidade para fazer tal pedido?
- c) Quais os custos a cobrar aos requerentes?

2.2. Analisemos a primeira destas questões.

A Lei que regula o acesso aos documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho – dá a noção de documentos administrativos no artigo 4º, nº 1, alínea a)<sup>1</sup>: “*quaisquer suportes de informação gráficos, sonoros, visuais, informáticos ou registos de outra natureza, elaborados ou detidos pela Administração Pública, designadamente processos, relatórios, estudos, pareceres, actas, autos, circulares, ofícios-circulares, ordens de serviço, despachos normativos internos, instruções e orientações de interpretação legal ou de enquadramento da actividade ou outros elementos de informação*”.

---

<sup>1</sup> Nesta, como em todas as citações subsequentes, teremos em vista a redacção actual da LADA.

Significa isto que a(s) “cassete(s)” em que se regista o que se passa nas sessões da Assembleia Municipal do Cadaval são documentos administrativos. Designadamente, tem sido doutrina da CADA que tais registos não cabem na previsão da alínea a) do nº 2 do citado artigo 4º, que exclui do conceito de documento administrativo, para efeitos da LADA, as notas, esboços e apontamentos pessoais.

Por outro lado, não são documentos nominativos, já que o seu conteúdo não integrará dados pessoais [cfr. alíneas b) e c) do nº 1 do mesmo artigo 4º].

Porém, dispõe o nº 4 do artigo 7º da LADA que *o acesso a documentos constantes de processos não concluídos ou a documentos preparatórios de uma decisão é diferido até à tomada da decisão, ao arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração*. Ora o registo fonográfico de uma sessão de uma assembleia municipal é um documento preparatório de uma decisão, pois se destina a servir de base à elaboração da acta dessa sessão, a qual virá a ser objecto, normalmente na sessão seguinte (como consta do ofício do Senhor Presidente da AMC), de apreciação e aprovação pela assembleia municipal, que é, sem dúvida, uma decisão (ou deliberação decisória).

Assim, as *cassettes* em questão só são de acesso generalizado e livre (cf. artigo 7º, nº 1, da LADA) por qualquer pessoa, sem necessidade de invocação de interesse ou motivo, depois dessa tomada de decisão (aprovação da acta) ou depois de decorrido um ano sobre a reunião assim gravada (o que não significa que os membros da assembleia municipal também estejam sujeitos a tais restrições).

De acordo com o nº 2 do citado artigo 7º *o direito de acesso aos documentos administrativos compreende não só o direito de obter a sua reprodução, bem como o direito de ser informado sobre a sua existência e conteúdo*. E *o acesso aos documentos exerce-se através de consulta gratuita, efectuada nos*

*serviços que os detêm, bem como através de reprodução por fotocópia ou por qualquer meio técnico, designadamente visual ou sonoro [(artigo 12º, nº 1, alíneas a) e b) da LADA].*

2.3.A resposta à segunda das questões que nos vêm colocadas já está praticamente formulada no precedente parágrafo.

Não se tratando de documentos nominativos, não há que demonstrar o *interesse directo, pessoal e legítimo* que o nº 2 do artigo 8º da LADA contempla.

A possibilidade de a eles aceder é, pois, ampla (qualquer cidadão poderá requerer por escrito, e obter, o acesso, por consulta ou reprodução, a essas *cassettes*), embora só após a aprovação da acta ou, no caso de protelamento de tal aprovação, depois de decorrido um ano sobre a reunião assim gravada.

2.4.No que respeita à terceira pergunta.

Reza assim o nº 2 do artigo 12º da LADA:

*A reprodução nos termos da alínea b) do número anterior far-se-á num exemplar, sujeito a pagamento, pela pessoa que a solicitar, do encargo financeiro estritamente correspondente ao custo dos materiais usados e do serviço prestado, a fixar por decreto-lei ou decreto legislativo regional, consoante o caso.*

E o artigo 3º do Decreto-Lei nº 134/94, de 20 de Maio – diploma legislativo que veio completar algumas disposições que a LADA deixara para serem definidos por decreto-lei –, acrescenta ainda não dever esse encargo financeiro ultrapassar *o valor médio praticado no mercado por serviço correspondente, a ser objecto de despacho do Ministro das Finanças, ouvida a CADA.*

Dir-se-á que o acto regulamentar assim previsto no DL 134/94 – e que veio a concretizar-se através do Despacho Conjunto nº 280/97, publicado no Diário da República, II Série, nº 200, de 30 de Agosto de 1997 – não se aplica à Administração Local (dado o poder regulamentar próprio das autarquias locais – artigo 241º da Constituição), mas tão-só à Administração central e periférica do Estado. Todavia, ele é susceptível de fornecer critérios de orientação, porventura adaptáveis ao campo em apreço.

E assim, nos termos do nº 1, alínea b), daquele Despacho Conjunto, quando a reprodução seja feita em *disquette* ou suporte magnético similar, ou quando se trate de reprodução audiovisual e sonora, os cidadãos suportarão o custo de 300\$00 por cada *cassette audio*, a menos que forneçam o suporte, caso em que não haverá quantia alguma a pagar. Acrescenta-se, todavia, nos nºs 3 e 4 do mesmo Despacho Conjunto que *as entidades ou instituições que prossigam fins não lucrativos suportarão um custo correspondente a 75% dos custos fixados no nº 1 e que os cidadãos utentes que, nos termos da lei, beneficiem de apoio judiciário ficam isentos do pagamento dos custos estabelecidos neste despacho.*

### 3. Conclusão

Em razão de quanto antecede, conclui-se:

- a) A possibilidade de acesso às *cassettes* em questão é ampla (qualquer cidadão poderá requerer por escrito, e obter, o acesso a elas, por consulta ou reprodução, sem necessidade de demonstração de interesse directo, pessoal e legítimo), embora só após a aprovação da acta ou, no caso de protelamento de tal aprovação, depois de decorrido um ano sobre a reunião assim gravada.
- b) A contrapartida da reprodução será o pagamento *do encargo financeiro estritamente correspondente ao custo dos materiais usados e do serviço*

*prestado, o qual não ultrapassará o valor médio praticado no mercado por serviço correspondente.*

- c) O citado Despacho Conjunto nº 280/97 não se aplica à Administração Local (dado o poder regulamentar próprio das autarquias locais), mas pode fornecer sólidos critérios de orientação.

Aprovado na sessão da CADA de 15 de Dezembro de 1999.

*Silva Marques (Relator) – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)*